Medida Provisória n° 2189-49, de 2001

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Tributos

Data de Leitura: -

Em tramitação

Decisão: -

Destino: -

Último local: 17/03/2026 - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Último estado: 26/02/2024 - EM TRAMITAÇÃO ANTES DA EC 32

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1636/2 de 1998

Medida Provisória nº 1636/3 de 1998

Medida Provisória nº 1636/4 de 1998

Medida Provisória nº 1636/5 de 1998

Medida Provisória nº 1636/6 de 1998

Medida Provisória nº 1680/8 de 1998

Medida Provisória nº 1680/9 de 1998

Medida Provisória nº 1680/10 de 1998

Medida Provisória nº 1680/11 de 1998

Medida Provisória nº 1680/12 de 1998

Medida Provisória nº 1753/13 de 1998

Medida Provisória nº 1753/14 de 1999

Medida Provisória nº 1753/15 de 1999

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1753/16 de 1999

Medida Provisória nº 1753/17 de 1999

Medida Provisória nº 1753/18 de 1999

Medida Provisória nº 1753/19 de 1999

Medida Provisória nº 1855/20 de 1999

Medida Provisória nº 1855/22 de 1999

Medida Provisória nº 1855/23 de 1999

Medida Provisória nº 1855/24 de 1999

Medida Provisória nº 1855/25 de 1999

Medida Provisória nº 1990/28 de 2000

Medida Provisória nº 1990/29 de 2000

Medida Provisória nº 1990/30 de 2000

Medida Provisória nº 1990/31 de 2000

Medida Provisória nº 1990/32 de 2000

Medida Provisória nº 2033/34 de 2000

Medida Provisória nº 2033/35 de 2000

Medida Provisória nº 2033/36 de 2000

Medida Provisória nº 2033/37 de 2000

Medida Provisória nº 2033/38 de 2000

Medida Provisória nº 2033/39 de 2000

Medida Provisória nº 2132/42 de 2001

Medida Provisória nº 2132/43 de 2001

Medida Provisória nº 2132/44 de 2001

Medida Provisória nº 2132/45 de 2001

Medida Provisória nº 2132/46 de 2001

Medida Provisória nº 2189/47 de 2001

Medida Provisória nº 2189/48 de 2001

TRAMITAÇÃO

01/04/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 13/12/2023, Seção 1, páginas 7 a 11, em que consta a publicação da Lei nº 14.754, de 2023, que revoga os arts. 1º a 6º e o inciso II do art. 10 da presente Medida Provisória.
Essa Lei também revoga o § 4º do art. 25 da Lei nº 9.250, de 1995, alterado pelo art. 11 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

01/04/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 25/8/2022, Seção 1, página 5, em que consta a publicação da Lei nº 14.439, de 2022, que dá nova redação ao inciso II do art. 6º da Lei nº 9.532, de 1997, alterado pelo inciso I do art. 10 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

01/04/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 31/5/2007, Seção 1, Edição Extra A, páginas 5 a 7, em que consta a publicação da Lei nº 11.482, de 2007, que dá nova redação ao caput do art. 10 da Lei nº 9.250, de 1995, alterado pelo art. 11 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado parcial e tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

01/04/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 15/12/2006, Seção 1, Edição Extra A, páginas 1 a 10, em que consta a publicação da Lei Complementar nº 123, de 2006, que revoga a Lei nº 9.317, de 1996, alterada pelo art. 14 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

26/02/2024 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: EM TRAMITAÇÃO ANTES DA EC 32

Ação: A Medida Provisória permanece em vigor nos termos da Emenda Constitucional nº 32 de 2001. A guarda do processado físico é transferida para o Arquivo Legislativo do Senado Federal.

22/08/2023 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: A partir desta data, a matéria passa a tramitar exclusivamente em processado eletrônico. A guarda do processado físico é transferida da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional para o Arquivo Legislativo Senado Federal. Novos documentos que devam integrar os autos serão juntados à matéria apenas em formato digital.

21/12/2022 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

22/10/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Juntada, em via digital, versão certificada da publicação no DOU da Lei nº 11.307, de 19 de maio de 2006, que revoga dispositivo da presente Medida Provisória.

11/11/2008 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

TRAMITAÇÃO

Ação: ** AÇÃO DE SANEAMENTO ** Nesta data foi realizada a verificação de dados nos sistemas informatizados, em atendimento aos objetivos definidos no Ato nº 24, de 2008, do Presidente do Senado Federal. Este registro não representa um novo andamento na tramitação desta matéria.

09/08/2004 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: Anexada cópia da publicação da Medida Provisória nº 206, de 6 de agosto de 2004, no DOU de 9-08-2004, conforme consta às folhas nºs 123 a 126.

05/07/2004 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexado cópia do Oficio SGM/P nº 1481, de 07 de novembro de 2002, do Presidente da Câmara dos Deputados ao Presidente do Senado Federal, encaminhando o Ofício nº 333, datado de 23 de outubro do corrente, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, conforme consta às folhas nº 120 a 122.

27/08/2003 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexadas folhas nºs 118 a 119, referentes a designação da Comissão Mista, atualizada até a presente data.

01/07/2003 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Incluída na Pauta da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional no período de 1º a 31 de julho de 2003.

02/06/2003 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexada folha nº 117, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de incidação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

04/04/2003 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexada folha nº 116, referente ao Ofício do Líder do PFL do Senado Federal de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 5034

11/11/2002 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Promulgada a Emenda Constitucional nº 32, em 11 de setembro de 2001, publicada no DOU (Seção I) de 12 de setembro de 2001, que em seu artigo 2º determina:

"Art. 2º. As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional".

23/04/2002 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexada folha nº 115, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 5704

TRAMITAÇÃO

15/03/2002 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexada a folha de nº 114, referente ao ofício da Liderança do BLOCO PSDB/PPB no Senado Federal, que substitui designação anterior de Senadores que comporão a Comissão Mista.

Publicado no DSF Páginas 2351

28/11/2001 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexada folha nº 113, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 29721-29722

01/11/2001 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexada folha nº 111, referente ao Ofício do Líder do PFL do Senado Federal de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 26977

10/09/2001 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexadas fls. 87 a 110 referentes à Mensagem nº 534, de 2001-CN, que encaminha o texto da Medida.

Publicado no DCN Páginas 19335-19359

10/09/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Decorrido o prazo regimental, sem a instalação da Comissão Mista, a matéria é encaminhada à SSCLCN.

05/09/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Ofício PSDB/I/Nº561/2001 da Liderança do PSDB, indicando o Deputado XICO GRAZIANO, como titular, em substituição ao Deputado AÉCIO NEVES, para integrarem a Comissão Mista, a partir de 04/09/2001. (às fls. 86).

Publicado no DSF Páginas 20774

30/08/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: No prazo regimental não foi adicionada emenda à Medida Provisória.

29/08/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Convalidadas as emendas nºs. 001 a 020 constantes da reedição anterior, nos termos do Ofício CN 103/99 (DSF 07.05.99).

24/08/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Serviço de Apoio as Comissões Mistas.

Publicado no DOUE Páginas 14-15

TRAMITAÇÃO

24/08/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.189-48/2001, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 2189-

Data: 24/08/2001

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências.

Avulso de emendas

Data: 28/11/2013

Autor: -

Local: null

Edição de Diário Oficial

Data: 22/10/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada, em via digital, versão certificada da publicação no DOU da Lei nº 11.307, de 19 de maio de 2006, que revoga dispositivo da presente Medida Provisória.

Descrição/Ementa: LEI Nº 11.307, DE 19 DE MAIO DE 2006: Altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, dispondo que o prazo a que se refere o seu art. 2º para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001.

Cópia integral de Processo

Data: 22/08/2023

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: A partir desta data, a matéria passa a tramitar exclusivamente em processado eletrônico. A guarda do processado físico é transferida da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional para o Arquivo Legislativo Senado Federal. Novos documentos que devam integrar os autos serão juntados à matéria apenas em formato digital.

Descrição/Ementa: Processo físico integralmente digitalizado.

Edição de Diário Oficial

DOCUMENTOS

Data: 01/04/2026

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 15/12/2006, Seção 1, Edição Extra A, páginas 1 a 10, em que consta a publicação da Lei Complementar nº 123, de 2006, que revoga a Lei nº 9.317, de 1996, alterada pelo art. 14 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Descrição/Ementa: DOU de 15/12/2006, Seção 1, Edição Extra A, páginas 1 a 10, em que consta a publicação da Lei Complementar nº 123, de 2006, que revoga a Lei nº 9.317, de 1996, alterada pelo art. 14 da presente Medida Provisória.

Edição de Diário Oficial

Data: 01/04/2026

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 31/5/2007, Seção 1, Edição Extra A, páginas 5 a 7, em que consta a publicação da Lei nº 11.482, de 2007, que dá nova redação ao caput do art. 10 da Lei nº 9.250, de 1995, alterado pelo art. 11 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado parcial e tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Descrição/Ementa: DOU de 31/5/2007, Seção 1, Edição Extra A, páginas 5 a 7, em que consta a publicação da Lei nº 11.482, de 2007, que dá nova redação ao caput do art. 10 da Lei nº 9.250, de 1995, alterado pelo art. 11 da presente Medida Provisória.

Edição de Diário Oficial

Data: 01/04/2026

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 25/8/2022, Seção 1, página 5, em que consta a publicação da Lei nº 14.439, de 2022, que dá nova redação ao inciso II do art. 6º da Lei nº 9.532, de 1997, alterado pelo inciso I do art. 10 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Descrição/Ementa: DOU de 25/8/2022, Seção 1, página 5, em que consta a publicação da Lei nº 14.439, de 2022, que dá nova redação ao inciso II do art. 6º da Lei nº 9.532, de 1997, alterado pelo inciso I do art. 10 da presente Medida Provisória.

Edição de Diário Oficial

Data: 01/04/2026

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 13/12/2023, Seção 1, páginas 7 a 11, em que consta a publicação da Lei nº 14.754, de 2023, que revoga os arts. 1º a 6º e o inciso II do art. 10 da presente Medida Provisória.
Essa Lei também revoga o § 4º do art. 25 da Lei nº 9.250, de 1995, alterado pelo art. 11 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Descrição/Ementa: DOU de 13/12/2023, Seção 1, páginas 7 a 11, em que consta a publicação da Lei nº 14.754, de 2023, que revoga os arts. 1º a 6º e o inciso II do art. 10 da presente Medida Provisória.